

Propostas parciais dos grupos

A questão Agrária

CNPq

Considerando que a pobreza absoluta no Brasil atinge 48% das famílias rurais, ou seja, aproximadamente 3 milhões e meio de famílias (cerca de 18 milhões de pessoas) a Reforma Agrária se apresenta como uma necessidade inadiável, para eliminar esta realidade de pobreza da população. Para isso é preciso que a política de Reforma Agrária não apenas distribua terra a trabalhadores sem terra mas forneça também todo um elenco de fatores que lhe garantam trabalhar e fazer produzir a terra (tal como facilidade de crédito, assistência técnica, insumos, sementes, equipamentos). Além disso é preciso criar uma lei e fazer que seja cumprida. Que impeça aplicação e investimento de capital estrangeiro na agricultura. A exploração agrícola deve ser tarefa e responsabilidade de brasileiros, pois este constitui uma prática habitual a quase todos os países capitalistas.

Administração Regional do Guar

Segundo o grupo, por unanimidade, a reforma agrária é urgente e indispensável.

Sua implantação deve ser realizada segundo cada região, e uma das formas para segurar o homem no campo, além dos incentivos paralelos e reforma, é criarmos um tipo de "arrendamento", evitando com isto as transferências das terras recebidas quando da reforma.

A estrutura paralela de apoio ao homem do campo deve ser revista. O cooperativismo, associações rurais, sindicatos, clubes do tipo 4-S, etc., devem ser incentivados.

E finalmente uma política agrária global e integral com a redistribuição dos vários órgãos envolvidos, deve ser urgentemente executados.

SNAB/MA

Reforma agrária justa e ampla. Desapropriação de terras realmente impro-

duativas e de grande extensão. Começar pelas terras ociosas do Governo e reaver as terras das Multinationais.

Distribuição de terras àqueles que realmente têm condições de cultivá-las e torná-las produtivas.

De posse da terra, o agricultor poderia utilizar a própria produção como forma de pagamento - Facilidade de crédito e juros baixos. Assistência técnica que permita o êxito do pequeno produtor.

Desburocratização dos órgãos que cuidam da Reforma Agrária. Por exemplo, criação de tribunais específicos para causas agrárias.

Que, juntamente com a Reforma Agrária, se reestruturasse o Sistema de Saúde Rural, a fim de que o agricultor não precisasse se deslocar para a cidade.

Na área de Educação, que os currículos fossem adequados à realidade do homem do campo, ensinando técnicas rurais.

CIBRAZEM

1. Realizar a demarcação das terras indígenas, dando posse da terra ao índio de maneira inalienável.

2. Desapropriar as terras ociosas mais próximas dos grandes centros, para evitar as grandes aglomerações urbanas, distribuindo-as aos sem-terra.

3. Iniciar a reforma agrária a partir das terras devolutas, dando condições ao pequeno agricultor de cultivá-las e dando-o assistência através de:

- financiamento de sementes;
- orientação técnicas através dos órgãos competentes do Ministério da Agricultura, tais como: Embrapa, Embrapa etc;
- colocar os sistemas de armazenagem à disposição, favorecendo-os com o EGF (empréstimo do governo federal).

4. Distribuição da terra ainda não explorada para produção, a lavradores cadastrados.

5. Formar estoques reguladores através de órgãos do governo, incentivando os sistemas de armazenagem estatais.

Saúde M.M.E

1. Destinar maiores recursos ao Ministério da Saúde, no mínimo 15% do Orçamento, que possibilitem a realiza-

ção de programas de combate às doenças endêmicas e epidêmicas, bem como a realização de pesquisas para a descoberta de formas alternativas de alimentos, visando suprir a deficiência alimentar das Regiões Norte e Nordeste.

2. Criar um Caixa Único, ou um só sistema dos recursos derivados das contribuições previdenciárias e destinados à saúde.

3. Instituir assistência médica ambulante que tenha acesso às populações rurais mais afastadas dos centros urbanos, bem como prover meios para funcionamento da residência médica nos hospitais municipais.

4. Conceder um salário mínimo capaz de permitir ao trabalhador alimentar a si e a sua família, tendo em vista ser este um meio de prevenir doenças provocadas pela subnutrição, de que é vítima um terço da população brasileira.

Colégio da Asa Norte

A saúde, como direito do cidadão, deveria ser estendida à toda a população, independente de sua renda, de sua situação sócio-financeira... É dever do Estado assegurar a saúde preventiva em todo o país. Como medida um tanto radical, mas necessária, deveria discutir urgentemente a estatização das empresas de saúde, a fim de sanar uma discrepância patente em nosso país: "quem tem poder econômico, portanto com poder de pagar pela sua saúde, vive; quem não o tem está fadado ao tratamento de urgência.

Além desta medida relacionamos outras necessárias para minimizar os problemas de saúde no país:

- As emissoras de rádio, TV, os jornais e outros meios de comunicação, teriam que ler, por obrigatoriedade, a função de divulgar artigos sobre prevenção e combate a doenças, e normas de higiene. No caso do rádio e TV a divulgação seria de, no mínimo, 1/2 (meia) hora por dia em horário nobre. Nos jornais e revistas a publicação deve ter no mínimo 1/2 (meia) página. Com estas medidas aos poucos a população se conscientizaria dos problemas acerca da saúde e teria condições de trabalhar junto com o Estado para abolir certas doenças.

- Deve ser proibido qualquer tipo de propaganda de produtos nocivos à saúde como: bebidas alcoólicas, cigar-

ros, refrigerantes, chicletes, balas, doces, remédios com efeitos deficientes, etc...

- A empresa e o Estado devem associar-se para garantir ao trabalhador, bem como à sua família todo o atendimento médico-hospitalar inclusive odontológico.

- Nas escolas, aulas de Programas de Saúde devem ser dadas em todo o curso básico (da 1ª a 8ª série).

- O atendimento nos hospitais deve ser dado a todos independentemente da apresentação de carteira de INPS.

- Os lucros gerados nas clínicas particulares devem (uma parte fixada pelo Governo) ser destinados ao Ministério da Saúde que, imediatamente, aplicará este recurso na melhoria do sistema de saúde pública. Isto, aos poucos, acabaria com a monopolização da saúde. O choque (extinção) no sistema particular seria dado em pequenas doses.

- Melhorar as condições de vida de todos os indivíduos (salários melhores, acabar com a fome, fazer saneamento básico nas periferias, campanhas intensivas de vacinação, etc.).

- Deve ser destinado mais verba para o setor de saúde, inclusive ao ensino superior ligado à área.

- Preservação da natureza.
- Proporcionar mais lazer ao trabalhador, que acaba com sua saúde trabalhando para os espoliadores do trabalho humano (empresários capitalistas). Obs: no momento deve ser dado um tratamento de choque para sanar alguns problemas. Após dever-se fazer um trabalho de prevenção.

Ciência e Tecnologia BNH

O Grupo discutiu a questão da Revolução Técnico-Científica no que diz respeito a seus reflexos nos países ditos periféricos, tais como o Brasil. Nesses países, as conquistas tecnológicas que no chamado Primeiro Mundo beneficiam direta ou indiretamente grande parte da população, causam maiores problemas do que trazem soluções. Isto ocorre não porque C & T sejam "ruins" para esses países, mas por causa da estrutura econômica-social dos mesmos e da imensa disparidade existente entre seus habitantes.

No caso do Brasil, especificamente, o Grupo é de opinião que o Estado deve regular de forma severa essa questão, e dipor de meios que permitam a fiscalização permanente da importação e uso de know-how. Ao mesmo tempo, deve criar mecanismos que permitam o acesso mais amplo possível de toda a população aos benefícios de novas tecnologias. E uma vez que as novas tecnologias trazem embutidas problemas de toda ordem, o Grupo entende que a nova Constituição deverá ser permeada de normas que disponham sobre o assunto em quase todos os seus capítulos, como por exemplo, Educação; Saúde; Trabalho; Transporte, e até mesmo o de Direitos e Garantias Individuais.

Cingra/MA

Nas últimas décadas, o país cresceu rapidamente, passando a fazer uso de tecnologias sofisticadas, na sua maioria importadas. Mas, se olharmos bem, veremos que a maioria de seus habitantes nada ganhou com este processo, continuando o país tão esfomeado e dependente como já era.

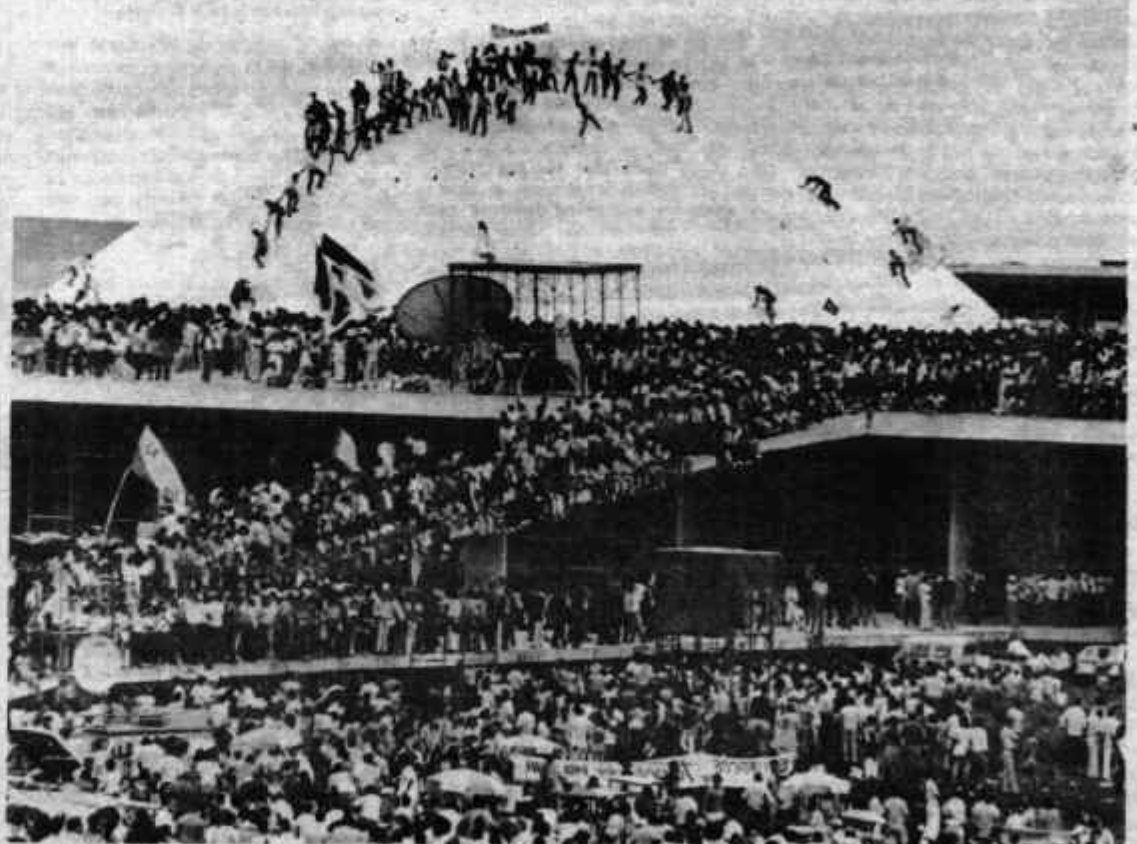
Isto se deve basicamente à ânsia dos governos anteriores, formados por grupos descompromissados com a população, em desenvolver rapidamente o país, desprezando assim o investimento em pesquisas e optando pela compra da tecnologia já pronta. Esta tecnologia beneficiou pequenos segmentos, que assim alcançaram o lucro rápido, objetivo principal de todo país capitalista.

Para que esta situação se modifique, é necessário que a sociedade como um todo, possua condições de controlar e exigir que as decisões sejam feitas em seu benefício. Isto poderia ser conseguido através dos sindicatos e outras organizações da população, que teriam assim, assento nas decisões que a afetam diretamente. A tecnologia deve ser usada para auxiliar o homem, não, o contrário: Maior investimento em pesquisas, nos fará ficar menos vulneráveis à política internacional. Só assim, os recursos da nação serão realocados com seriedade, não provocando traumas como o desemprego e outros malefícios.

O longo percurso, que mergulha na história e nas constituições republicanas, leva a um só ponto: a instauração da soberania popular. Não será abolida a tutela estamental das Forças Armadas com o seu retraimento aos quartéis. Elas só permanecerão dentro da lei, se democrático for o regime, um regime que solva as reivindicações da sociedade, suas perplexidades e suas inquietudes, no confronto das urnas e da opinião pública. Não basta a conduta pessoal e corajosa, que não recede a malquerença dos militares, nem corteja seus favores. Para que elas sejam dispensadas da função de sustentar (Const. de 91), garantir (Const. de 34) a Constituição, obedecer fielmente ao Presidente da República, ao seu império e aos seus caprichos, defender e garantir os poderes constitucionais (Const. de 46), ou garantir e defender os poderes constituídos (Const. de 67) é necessário que o povo não conte com ninguém acima dele nas disputas dos partidos, que só ele, por si mesmo e por seus legítimos representantes, nos parlamentos e nos tribunais, delibere e atue. A ideologia, que lhe impede a maioria e lhe tolhe as liberdades e os direitos, se, evaporará como o nevoeiro na manhã de sol. A democracia não temerá

a liberdade, nem fará dela unicamente o instrumento descartável e oportuno das transformações sociais, nem a liberdade servirá para esmagar os homens, num mundo de senhores e dominados. Haverá sempre, por maiores e mais largas que sejam as maiorias, lugar para as oposições, nunca desamparadas da esperança de serem um dia, com a única legitimidade do voto, a maioria. As Forças Armadas, nesse tempo novo e próximo, não vestirão a pele dos lobos da segurança nacional, nem a espada de árbitros, garantes ou defensores da Constituição. Para elas, há espaço mais alto, mais democrático, sem a mácula das facções: a submissão à lei, à lei autorizada, consentida e deliberada pelo povo brasileiro. Elas serão o espelho e o orgulho de todos, não dos partidos, não dos interesses, não dos ambiciosos, não dos manipuladores, não da violência. Elas participarão da legitimidade da democracia.

Raymundo Faoro: "Democratização e as Forças Armadas" 10ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil



A. Dorigivan